

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS DESAFIOS BRASILEIROS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Claudia Karla da Silva Santos¹
Tamires Parnaíba Bruno Zambrano²
Maria Josélia da Silva Maciel Gonçalves³
Anaildes Germano Soares⁴
Ana Tavares de Luna Meireles⁵
Joacileide Bezerra de Sousa⁶

RESUMO

A inclusão de crianças e de jovens com deficiências e com Transtornos do Espectro Autista é um desafio ainda. Nos últimos anos, período em que a inclusão vem evoluindo e se transformando em realidade, com a publicação de leis e dada à necessidade das instituições atenderem este público. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios de inclusão no Brasil de crianças do espectro autista – TEA através da literatura englobando as dificuldades na inclusão dessa população. Portanto, trata-se de um estudo do tipo revisão da literatura, onde foram utilizadas a base da Web of Science (CAPES), e os descritores “Autismo”, “Síndrome de Asperger” e “Inclusão”. A princípio, a busca pelos descritores de maneira individualmente, se utilizando depois os cruzamentos do operador booleano “and”. Para a seleção da amostra, foram válidos os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no idioma português, no período de 2016 a 2021, que retratam a temática em estudo. Os resultados mostraram que escola deve enxergar cada aluno com a sua individualidade, de forma a perceber que cada aluno possui necessidades diferentes, conhecendo a identidade, ou seja, aceitando as distintas características pessoais, buscando a equidade, dando oportunidade e removendo barreiras que impedem a construção do conhecimento. Portanto, a inclusão das crianças com TEA deve ir muito além da presença na sala de aula, precisa almejar, sobretudo ao desenvolvimento e aprendizagem das potencialidades e habilidades, superando as dificuldades.

Palavras-chave: Projeto Educacional, Aluno, Ambiente Escolar, Preconceito.

¹ Graduada do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, claudiakarlada@gmail.com;

² Graduada do Curso de Letras Língua Inglesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, tamires.zambrano@professor.pb.gov.br.;

³ Licenciada em Letras Língua Portuguesa/Inglesa pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, mariajoselia.maci5@gmail.com;

⁴ Licenciada em Letras Língua Portuguesa Federal de Campina Grande – UFCG, anaildesgermano@gmail.com;

⁵ Graduada do Curso de Geografia e História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, ana.meireles4@professor.pb.gov.br.;

⁶ Graduada do curso de Letras Língua Espanhol, Instituto Federal de Educação, Ciências do Rio Grande do Norte - IFRN, joacileide2009@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro autista (TEA) é uma síndrome neuropsiquiátrica marcada por diversas manifestações comportamentais seguidas por déficits interação e na comunicação social, padrões de comportamentos estereotipados e repetitivos e um repertório delimitado de interesses e de atividades (MONTEIRO et al., 2020). As anormalidades no desenvolvimento são características do autismo, das quais podem ser observadas nos anos iniciais de vida e persisti até a sua vida adulta. Apesar da relevância, ainda consiste desconhecida a etiologia do TEA. Acredita-se que ela seja multifatorial, conexas a fatores genéticos/neurobiológicos, ou seja, anomalias anatômicas ou fisiológicas do sistema nervoso, problemas constitucionais inatos e de interação entre múltiplos genes (GOMES et al., 2015; ALMEIDA, 2017).

Lage (1984) mostra que historicamente várias crianças autistas podem ser resgatadas na literatura, entretanto, o mérito da primeira descrição clínica se deve a Kanner que em 1943, publicou o artigo “Distúrbios artísticos do contato afetivo”, depois da observação de 11 crianças consideradas especiais por terem um panorama de autismo extremo, obsessividade, ecolalia e estereotípias (SANTOS: SANTOS, 2012).

Segundo Cunha (2014), a terminologia “autismo” deriva do grego “*autos*”, que exprime por si mesmo e, “*ismo*”, que representa condição/tendência. As crianças analisadas por Kanner apresentavam comportamentos de isolamento, demonstrada igualmente pelos esquizofrênicos, dando a lembrança de que eles estavam detidos em si mesmos.

Contudo, Papim e Sanches (2013) colocam que o diferencial era que esta condição no autismo já estava contida desde pouca idade. A priori, notou-se que o autismo tinha incidência maior em famílias com problemas afetivos e, que por esta razão, durante muito tempo, se pensou que a razão do transtorno fosse relacionada a problemas psicodinâmicos, visto que não era presumível achar fatores biológicos, que incidissem diretamente nos testes existentes na época (CARDOSO, 2013; FERNANDES, 2014).

Papim e Sanches (2013) expõem que embora Kanner, nos seus trabalhos, não assegurasse a visão da psicodinâmica⁷ como a origem do autismo, ele levantou esta probabilidade, pois, as crianças analisadas não tinham a capacidade inata para instituir contato afetivo e biológico previsto no desenvolvimento, sem a estimulação, carecido a esta condição, ressaltou a probabilidade de elas não ficarem receptivas às personalidades dos genitores, gerando a possibilidade de a etiologia desse transtorno ser de caráter psicodinâmica (BRASIL, 2013).

A partir das pesquisas de estudiosos que tentaram descobrir a etiologia desta síndrome, foi possível registrar suas ideias acerca da origem do Autismo e devolvendo conceitos segundo experiências no cuidado desses sujeitos (MAENNER et al., 2020).

O médico Hans Asperger, um ano apenas após a publicação dos achados de Kanner, divulga o seu artigo denominado “Psicopatologia autística na infância” em 1944.

⁷ Psicodinâmica é o estudo e teorização sistemáticos das forças psicológicas que agem sobre o comportamento humano, enfatizando a interação entre as motivações consciente e inconsciente. O conceito original de "psicodinâmica" foi desenvolvido por Sigmund Freud (ROSENTHAL, 2008).

Contrapondo Kanner, Asperger não especula a imputação da causa do autismo como de caráter psicodinâmica,

O autor atribui a sua causa a uma deficiência biológica, notadamente genética (BRASIL, 2013; CARVALHO, 2017). Porém, os achados de Asperger permaneceram desconhecidos até anos de 1980, quando a doutora Lorna Wing, traz à tona os artigos, e passa a construir semelhanças entre os achados pelo grupo de crianças estudadas por Asperger, e os estudos que eram produzidos na Inglaterra e Estados Unidos. Lorna Wing reconhece que os dois estudos apresentavam pontos em comuns sobre a própria tríade sintomática (PAPIM, SANCHES, 2013; DELPHIN, 2019).

Para Papim e Sanches (2013), Lorna Wing, em um de seus trabalhos descreve o primeiro conceito de espectro autista, que foi adotado para se referir a sintomatologia presente no transtorno, desse modo, o seu trabalho contribuiu diretamente para incorporar a Síndrome de Asperger ao Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), que a partir daí, começou a listar na classificação psiquiátrica (CID, 1993; DELPHIN, 2019).

De acordo com Orrú (2012) atualmente o autismo é classificado como uma síndrome comportamental com diversas etiologias e curso de distúrbio no desenvolvimento, é uma anomalia orgânica e não um problema dos genitores, sendo de origem biológica.

A evolução da classificação das causas do autismo, trouxe possibilidades novas para análise, entre as possibilidades, as funções executivas, que são as responsáveis na interação do sujeito com o ambiente, abrangendo objetos e pessoas na determinação de seus atos (OLIVEIRA, 2018) No âmbito relacional dos sujeitos passou a ser colocado pela Teoria da Mente, proposta pelos primatologistas Premack e Woodruff no ano de 1978, para analisar os estados mentais de chimpanzés (LÓPEZ, LARREA, 2017). De acordo com Moreira (2005), essa hipótese começou a designar a capacidade de adjudicar a si próprio ou outrem, sentimentos e pensamentos para explicar comportamentos. Sendo assim, analisamos os desafios de inclusão no Brasil de crianças do espectro autista – TEA através da literatura englobando as dificuldades na inclusão dessa população.

A inópia desta capacidade foi relacionada prontamente aos sintomas contidos no autismo. Para Delphin (2019) se o sujeito desenvolve a Teoria da Mente, tal capacidade permite entender o faz de conta nos outros indivíduos, o estado mental, como os seus desejos, as crenças e as intenções. No autismo essa capacidade encontra-se comprometida e necessita ser provocada para ser desenvolvida. Para cumprir com esse escopo, muitos programas de cunho cognitivista, interventivos passaram a explorar a possibilidade de provocar a aquisição dessa competência, onde diversas universidades desenvolveram ferramentas para educar autistas (DEKKERS et al., 2015).

Apesar do avanço acerca do tema, a etiologia do autismo é fruto ainda de discussões científicas. Contudo, não exclui o diagnóstico neurobiológico, como coloca Rotta (2007), onde um sujeito com comportamentos que cumpram requisitos para o diagnóstico de autismo, pode ter uma análise cromossômica que dê o exame de X frágil. Neste cenário, os sintomas de comportamento seriam consistentes com uma diagnose de autismo com todas as decorrências que isso possa apresentar em termos de prognóstico e manejo, e a causa biológica para a síndrome comportamental seria a síndrome do X frágil, com as consequências devidas em termos genéticos e de prognóstico.

Rotta (2007) ainda discorre acerca das diversas patologias associadas com TEA, que suportam a conjuntura de que as manifestações de ordem comportamental no autismo podem ser secundas a uma variedade grande de insultos ao cérebro. Atualmente, sabe-se que o autismo não é uma única doença, todavia um distúrbio de desenvolvimento, que é definido de um olhar comportamental, que traz múltiplas etiologias e que se distingue por variados graus.

Trazendo alguns dados em relação à prevalência, de acordo com American Psychiatric Association (APA, 2014) cerca de (1%) da população no mundo tem essa condição. No entanto conforme indicado por Maenner et al., (2020) existe uma taxa crescente, uma vez que o seu estudo identificou a presença de autismo em 1 em cada 54 crianças. López e Larrea (2017) relata a ausência na América Latina de estudos com a prevalência devido à dificuldade de diagnóstico e devido à escassez de pesquisas.

É importante ressaltar, que os sujeitos com TEA têm os mesmos direitos a todos os cidadãos garantidos pela Constituição de 1988 e outras leis. Dessa forma, as crianças/adolescentes autistas possuem os direitos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente Lei 8.069 de 1990 e os maiores de 60 anos pelo Estatuto do Idoso Lei 10.741 de 2003 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 1993).

Outra lei prevista no arcabouço jurídico é a lei Berenice Piana 12.764 de 2012, que estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, determinando o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; tratamento, o acesso à proteção social e à educação; ao trabalho e aos serviços que propiciem igualdade de oportunidades. A referida lei estipula que a pessoa com transtorno do espectro é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (BRASIL, 2012).

Reis (2012) relata que quando nasce uma criança com necessidade especial começa para a mesma e para família uma história longa de dificuldades. Não é apenas, a necessidade especial que torna difícil a sua vivência, mas a atitude da sociedade diante de sua condição. No entanto, aos poucos o mundo está evoluindo, os documentos de direitos humanos, os movimentos em favor das minorias, os discursos ideológicos/políticos, as novas legislações, apontam para uma evolução crescente dos conceitos de necessidades especiais e das condições reais dos sujeitos com direitos e necessidades de inserção e integração social (OLIVEIRA, 2015).

A inclusão de crianças e de jovens com necessidades especiais e com Transtornos do Espectro Autista é um desafio ainda. Nos últimos anos, período em que a inclusão vem evoluindo e se transformando em realidade, com a publicação de leis e dada à necessidade das instituições atendessem este público, surge a necessidade de conhecimentos para fazer isso (SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2015).

Desse modo, esse trabalho se justifica pois, apesar da relevância do tema, ainda é escasso o número de publicações científicas sobre a importância da temática no entendimento do processo de conhecimento dessa população especialmente no âmbito escolar, pois conhecer esses sujeitos permite um ensino inclusivo, que é um direito e é dever da sociedade respeitar e aceitar as diferenças (CUNHA, 2014; SILVA, 2017).



Partindo dessa perspectiva, acredita-se que o contexto inclusivo possibilita aos autistas, oportunidades de desenvolver significativas mudanças em relação à comunicação, à autonomia, à socialização e à aprendizagem principalmente (SILVA, 2017).

Essa dinâmica da inclusão traz uma aproximação de todos, o que faz refletir diretamente sua postura, percepção sobre as diferenças e atitudes, respeitando e compreendendo a diversidade, valorizando a cooperação e o respeito pelo outro.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa é um procedimento que apropria de métodos e técnicas rigorosas para levantar informações que respondam aos problemas que são propostos (GIL, 2018). Ou ainda um apanhado acerca dos principais trabalhos que já foram realizados, revestidos de relevância, por serem capazes de trazer dados atuais e importantes relacionados ao tema.

Assim o referido autor define a pesquisa como:

(...) procedimento sistemático e racional que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de diversas fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2018, p. 17).

Os estudos de Mendes et al., (2008) resumiram-no em seis etapas. Na primeira etapa, há uma seleção da questão para revisão; a segunda determina os critérios para seleção da amostra; a terceira define as características da pesquisa; na quarta é realizada a análise de dados; na quinta temos a interpretação dos resultados, e por último, a apresentação da revisão.

Segundo as referidas autoras é importante direcionar a pesquisa científica para o conhecimento da realidade. A pesquisa, assim, é um procedimento de maneira formal, com método de reflexivo pensamento, que requer tratamento científico e se coloca no caminho para conhecer determinada realidade ou para encontrar verdades parciais.

A pesquisa foi construída com base nesta problemática: Quais os desafios de inclusão crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA no Brasil?

Para levantamento dos artigos foram utilizadas a base da Web of Science (CAPES), e os descritores “Autismo”, “Síndrome de Asperger” e “Inclusão”. A princípio, a busca pelos descritores foi dada individualmente, utilizando-se posteriormente os cruzamentos utilizando o operador booleano “and”. Ainda assim, para a seleção da amostra, foram válidos os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no idioma português, no período de 2016 a 2021, que retratam a temática em estudo.

A realização do levantamento bibliográfico aconteceu no mês de janeiro de 2021. Diante dos requisitos supramencionados e excluindo-se os artigos repetitivos nas bases de pesquisa utilizadas, foram selecionados 10 artigos, dos quais foram submetidos a releituras, a fim de concretizar uma análise interpretativa direcionada pela questão condutora.

Por último, os resultados obtidos descreveram o os desafios de inclusão crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo destaca-se a tabela 1 com os artigos selecionados e organizado por Título; Autor/Ano; Orientação Metodológica e os Principais resultados.

Tabela 1. Apresentação dos artigos incluídos na Revisão

Título	Autor/ Ano	Orientação Metodológica	Principais resultados
Desafios da inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino	ALMEIDA, F. A. de. 2017.	Pesquisa qualitativa e exploratória	A inclusão no ensino regular não se caracteriza apenas pela permanência em sala de aula, junto com os demais alunos. Implica numa reorganização do sistema educacional, na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. Nesse sentido, então, as instituições de ensino regulares podem ser um fator de extrema relevância para a aquisição da independência, autonomia e sociabilidade de crianças autistas
Autismo e Inclusão Escolar: Uma Proposta de Intervenção	CARVALHO, F. C. G. de.; PRISZKULNIK, L.; 2017.	Levantamento Bibliográfico e Documental.	Vivemos num cenário em que muitos autistas já participam ativamente do universo infantil, seja na escola do nosso filho, na creche em que trabalhamos ou mesmo dentro da nossa própria família. A questão é como transformar esse ambiente "autístico" em algo acolhedor e potente para que todas as partes possam conviver em harmonia

Um retrato do Autismo no Brasil	OLIVEIRA, C.; 2018	Estudo de abordagem qualitativa e especificidade exploratória, buscando compreender a problemática na perspectiva de quem a vivencia.	Atualmente, um dos tratamentos mais seguros no que tange ao autismo é o uso de Terapia Comportamental (TC). É o único tratamento baseado em evidência científica, pois prover aos pais uma espécie de treinamento para lidar com esses pacientes ao longo da vida
Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino	VICARI, L. P. L.; RAHME, M. M. F.; 2020.	Estudo transversal, descritivo, de abordagem qualitativa.	Os alunos com TEA passam a maior parte do tempo em sala de aula, mas poucas atividades são direcionadas para as suas especificidades. Nesses períodos, contam com o acompanhamento de auxiliares de apoio à inclusão, cujas atuações variam conforme o grau de envolvimento com o trabalho. Tais profissionais não pertencem ao quadro do magistério e recebem poucas orientações. Das professoras entrevistadas, apenas duas evidenciaram práticas educativas inclusivas durante o período da pesquisa, ainda que com baixa frequência.
Inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino fundamental II	CÁBRIO, R. C.; CARNEIRO, R. U. C.; 2017.	Estudo de caso, qualitativo	Constatou-se que ainda há muitos aspectos que devem ser mudados para que ocorra uma inclusão efetiva, principalmente na formação do grupo gestor, dos docentes, e iniciativas governamentais, a fim de que a inclusão seja sinônimo de desenvolvimento e aprendizagem significativos

Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente	LUZ, M. H. S. da.; GOMES, C. A.; LIRA, A.; 2017.	Pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória	A proposta de inclusão da escola, na qual parecem apostar os pais, é fragilizada pela falta de preparo dos profissionais, fato oriundo da precariedade da formação inicial e continuada destes. expressam necessidades sociais, psicoemocionais, de informação, de acesso a tecnologias e de participação familiar na consulta.
O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação	BARBOSA, M. O.; 2018.	Estudo de caso, descritivo, com abordagem qualitativa.	Aprendemos que as profissionais que lidavam com o estudante eram favoráveis a inclusão escolar, contudo enfrentavam inúmeros desafios em atuar na docência para com o estudante. Visando auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do estudante foi construído o PEI. Esse plano possibilitou que as profissionais dialogassem sobre o estudante e sua escolarização, ampliando assim a visão das potencialidades do estudante, assim foi possível construir atitudes e atividades que auxiliassem na inclusão escolar.
A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula	MONTEIRO, S. A. de S.; RIBEIRO, P. R. M.; 2018.	Estudo de caso com abordagem qualitativa	Os profissionais da educação têm papel fundamental nesse processo de aprendizado e o professor é continuamente desafiado a responder as novas expectativas projetadas sobre ele com a implantação do modelo inclusivo de educação e de ser professor/humano, torna-se essencial que a base de sua formação seja pautada no ato responsável em seu fazer pedagógico.

A educação das pessoas com o transtorno do espectro autista: avanços e desafios	SOUZA, A. L. A. de.; ANACHE, A. A.; 2020.	Estudo documental, com abordagem qualitativa	Durante a realização desse estudo foi observado na literatura, que há abordagens distintas usadas para ajudar na inclusão dos indivíduos com (TEA), todavia com sanção da Lei 12.764/12, esses indivíduos obtiveram uma grande vitória, porém ainda há muito que se fazer
O ensino-aprendizagem das cores e das formas na educação infantil: uma experiência com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	GOUVEIA, N. L.; CHAVES, N. de P. S.; 2020.	Pesquisa Participante, qualitativa.	As atitudes da mesma foram opostas ao habitual da sala de aula, a agressividade, a constante agitação e a dificuldade de concentração deram lugar ao interesse e realização da atividade, além da maior afetividade e envolvimento com colegas e professoras. Portanto, estratégias pedagógicas diferenciadas ampliam possibilidades de aprendizagem e, bem como, a função de atender com eficácia alunos com necessidades específicas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os estudos sobre autismo tornaram-se tema de destaque para a sociedade contemporânea, assim como a discussão de políticas e a efetividade na inclusão dessa população. Cábrio e Carneiro (2017) relatam que escola deve enxergar cada aluno com a sua individualidade, de forma a perceber que cada aluno possui necessidades diferentes, conhecendo a identidade, ou seja, aceitando as distintas características pessoais, buscando a equidade, dando oportunidade e removendo barreiras que impedem a construção do conhecimento.

Para os autores é importante ressaltar que a inclusão não se reduz a inserir os alunos em uma sala de aula, o trabalho de inclusão inclusivo, significa pensar nas necessidades, não somente dos deficientes, isso por si só eliminaria a distinção que se faz de ensino especial e ensino comum (CÁBRIO, CARNEIRO, 2017).

Percebe-se então que o professor muitas vezes associa o termo inclusão a deficiência, e que se sente impotente, pois não tem conhecimento mínimo para trabalhar com o aluno portador de TEA, não fez nenhuma adaptação curricular, embora ache necessária uma metodologia diferenciada para o aluno em questão (CÁBRIO, CARNEIRO, 2017).

Monteiro e Ribeiro (2018) colaboram relatando que a definição própria de inclusão tem enquanto sinônimos o conceito de integrar, compreender e abranger. Não é diverso quando se fala da inclusão de pessoas com deficiência ou outras condições sociais, culturais e pessoais.

Dessa maneira, é esperado dar ao sujeito o direito de viver as mesmas experiências,

aceitando assim a diversidade e aprendendo com ela. Compreende-se que esses assuntos precisam ser trazidos para dentro da escola, refletidos, debatidos, discutidos, para que convicções fundamentadas no senso comum sobre as limitações de pessoas deficientes sejam quebradas e ações inclusivas não fiquem na teoria apenas, contudo transformem-se em prática social e educativa.

Os resultados dos autores supracitados, demonstram o quanto é imprescindível a inclusão dos alunos com TEA na escola para o seu avanço no desenvolvimento cognitivo, social e efetivo. Por isso, é necessário proporcionar um ambiente que auxilie na integração dos alunos, proporcionando uma participação ativa com os seus pares e teremos assim uma aprendizagem com qualidade a todos (MONTEIRO, RIBEIRO, 2018).

Portanto, como foi mencionado por Cábrio e Carneiro (2017) não se trata de o aluno simplesmente com TEA estar no ensino regular inserido, se deve proporcionar aulas de agradáveis e com qualidade e que por meio da inclusão a criança se sinta integrado na sala juntamente com os seus professores e pares. Dessa maneira, o professor em reflexão recria a sua própria tarefa, descobrindo caminhos novos, melhorando a qualidade de ensino de maneira adequada a novas situações, assegurando a inclusão de crianças com TEA (MONTEIRO, RIBEIRO, 2018).

Reconhecer que a diversidade faz parte da sala de aula e que valorizá-la significa conceder o respeito e oportunidade de fazerem parte vida de todos, sem qualquer discriminação, é o primeiro ponto para a construção de uma sociedade mais livre de preconceitos e inclusiva. A capacidade dos professores em conviver com os chamados “diferentes”, superando preconceitos da sala de aula. Nesse sentido, a inclusão de crianças com TEA na rede regular de ensino significa um passo que abre possibilidades para outras modificações não somente de pensamentos, mas de atitudes na sociedade, inclusão não apenas colocar o aluno dentro da sala de aula, mas inseri-lo dentro do contexto escolar construindo conhecimentos novos, nos sentidos e prazeres (MONTEIRO, RIBEIRO, 2018).

Gouveia e Chaves (2020) contribuem relatando que estratégias pedagógicas de ensino fazem a total diferença no processo de ensino/aprendizagem de crianças com necessidades específicas, pois melhoram a capacidade de interação, favorece a concentração nas atividades propostas e aumenta o nível de interesse, sendo um ponto positivo que precisa ser desenvolvido e valorizado com maior frequência.

Para os autores é fundamental que práticas educativas sejam relacionadas ao cotidiano dos alunos, pois a contextualização de diferentes temas que sejam associados ao cotidiano dos alunos é uma estratégia pedagógica facilitadora para uma aprendizagem significativa (GOUVEIA, CHAVES, 2020).

O processo de inclusão âmbito educacional é imprescindível, especialmente na área Infantil, e para que isso aconteça, é preciso o envolvimento da comunidade escolar, bem como as famílias dos alunos, tendo conhecimento das limitações e habilidades de cada um, com a finalidade de que o ambiente se torne um local integrativo, fornecendo todas as possibilidades para desenvolvimento pleno do aluno (GOUVEIA, CHAVES, 2020).

Barbosa (2018) analisou visão dos professores de educação que trabalham com os estudantes com Transtorno do Espectro Autista, em relação aos desafios de escolarização no ensino regular. A autora destaca que o movimento de inclusão de estudantes com TEA tem tido nos últimos anos inúmeros avanços, especialmente no quesito permanência e acesso, enquanto nas questões de aprendizagem tem havido alguns entraves.

Infelizmente as ações dos professores frente ao aluno mostrou ser um dos maiores entraves para a inclusão, principalmente a falta de diálogo e parceria entre eles. Para Barbosa (2018) não existe razão para culpabilizar os professores, visto que o sistema econômico atual dificulta a práticas de parcerias e o planejamento em conjunto com o estudante. Na escola analisada na pesquisa não há momento para esse planejamento. A carga horária é somente para os professores atuarem com os estudantes, ficando assim a questão do planejamento para “quando der tempo” (BARBOSA, 2018).

Na mesma linha de pesquisa, Vicari e Rahme (2020) tratou das práticas educativas na escola com alunos com TEA. Os autores destacam como resultado que a inclusão dos alunos na escola regular é um processo ainda em construção. Assim, este estudo indica avanços tanto na esfera macro, em relação ao direito à escolarização, assegurados nos últimos anos pela legislação, inclusive destacando o serviço do Atendimento Educacional Especializado - AEE, quanto na esfera micro, em relação as crenças e atitudes dos professores que atuam na escola. Todos os professores entrevistados reconhecem a necessidade da educação deste público.

Almeida (2017) relata que o autismo se apresenta como um tema que provoca discussão quando se trata da permanência de alunos com esse distúrbio no ensino. Parte da literatura na área tende a colocar a impossibilidade da educação de crianças com TEA, na medida que priorizam em suas abordagens as limitações ocasionadas pelo transtorno. No entanto, se sabe que proporcionar aos alunos que se apresentam nesse estado oportunidades de convivência com outras crianças da mesma faixa etária auxilia as suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo (ALMEIDA, 2017).

A inclusão no ensino não se apenas caracteriza pela permanência, junto com os demais alunos. Implica em uma reorganização do sistema educacional brasileiro, na busca de possibilitar o desenvolvimento social, cognitivo e cultural dessas crianças, respeitando as suas diferenças e atendendo as suas necessidades. Nesse aspecto, as instituições de ensino podem ser um fator de relevância extrema para a aquisição da autonomia, independência e sociabilidade de crianças com TEA (ALMEIDA, 2017).

Carvalho e Prizskulnik (2017) investigaram os impasses da inclusão de adolescentes e crianças com TEA. Para os autores, vivemos em um cenário em que muitos autistas já ativamente participam do universo infantil, seja na escola, na creche ou mesmo dentro da própria família. A questão principal é como transformar esse ambiente “autístico” em um lugar acolhedor para que todos possam conviver perfeita em harmonia.

Luz, Gomes e Lira (2017) relatam em sua pesquisa que apesar da inclusão de um aluno autista não ser problema novo, ainda constitui desafio para a instituição, mesmo ela privada ou pública. Em relação a escola particular, existe uma ideia falsa das pessoas de que, por ser privada, está preparada melhor para subsidiar o aluno autista.

Os resultados dos autores supracitados mostram que a proposta de inclusão, na escola pesquisada, não saiu ainda do papel. Além disso, não adianta reconhecer que os alunos são “diferentes”, mas apontar com segurança a natureza dessas diferenças. Neste aspecto, o professor, sendo mediador das aprendizagens, tem um fundamental papel no desenvolvimento das crianças e, para conseguir alcançar um resultado bom, necessita estar preparado (LUZ, GOMES, LIRA, 2017).

Oliveira (2018) relata que o tema da inclusão não é debatido na formação dos professores, que se realizam na escola semanalmente. Em entrevista, as professoras afirmaram que a gestora

menciona sempre querer abordar o tema em breve. Assim, fica nítido, o desafio de um trabalho profícuo de inclusão parece sobrar, pois as professoras não possuem específica formação para o acompanhamento desses alunos. Desta maneira, parece que a escola, para se “livrar” de sua responsabilidade, transfere seu dever para o professor.

Por último Souza e Anache (2020) corroboram acerca da necessidade de investimentos maiores em todas as áreas e indicam ao longo dos últimos anos houve avanços na compreensão das características do TEA, contudo, mediante a divergências teóricas, ressaltam a necessidade de pesquisas sobre os fatores etiológicos, os quais refletem nas diversas formas de se educar e atender estas populações. E para isso, é necessário que os investimentos se direcionem para produção de saberes sobre as possibilidades e os limites para que a inclusão social aconteça de maneira a garantir qualidade de vida. As autoras relatam que a divergência de conceitos sobre este transtorno não ser um fator limitador, porém, pode contraditoriamente representar um campo para construção de soluções e acompanhamento para o atendimento deste grupo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A leitura e escrita são habilidades fundamentais para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes. Na sala de aula, a prática de leitura e escrita é essencial para promover a construção do conhecimento, a comunicação eficaz e o desenvolvimento do pensamento crítico. A prática de leitura e escrita na sala de aula traz diversos benefícios para os estudantes, tais como:

1. Desenvolvimento da linguagem: Através da leitura e escrita, os estudantes ampliam seu vocabulário, aprimoram sua gramática, desenvolvem habilidades de comunicação oral e escrita e aperfeiçoam a capacidade de expressar suas ideias de forma clara e coesa.
2. Construção do conhecimento: Através da leitura, os estudantes têm acesso a diferentes fontes de informação e conhecimento, ampliando seus horizontes e construindo sua bagagem cultural. A escrita, por sua vez, permite que os estudantes organizem e expressem suas próprias ideias, construindo seu próprio conhecimento.
3. Estímulo à criatividade e imaginação: A prática de leitura e escrita estimula a criatividade e imaginação dos estudantes, permitindo que eles criem e recriem histórias, personagens, cenários e situações, desenvolvendo assim sua capacidade de pensar de forma criativa e inovadora.
4. Desenvolvimento do pensamento crítico.

Sendo assim, A Sacola Literária é uma estratégia pedagógica que visa incentivar a prática de leitura entre os estudantes do Ensino Médio. Um dos principais benefícios da leitura é o aprimoramento da compreensão textual. Ao ler diferentes tipos de textos, como livros, artigos, poesias e notícias, os estudantes desenvolvem habilidades de interpretação, extração de informações e compreensão de ideias complexas. Essa capacidade de compreender textos de forma crítica e analítica é crucial para o sucesso acadêmico e profissional.

Além disso, a leitura contribui para a expansão do vocabulário dos estudantes. Através da exposição a diferentes gêneros literários e estilos de escrita, eles têm a oportunidade de aprender novas palavras, expressões e estruturas linguísticas. Um vocabulário rico e diversificado não apenas melhora a comunicação verbal e escrita, mas também aumenta a capacidade de expressar ideias e emoções de forma precisa e sofisticada.

A leitura também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico. Ao se deparar com diferentes perspectivas, temas complexos e dilemas morais presentes nas obras literárias, os estudantes são desafiados a refletir, analisar e questionar.

Essa habilidade de pensar criticamente é essencial para o desenvolvimento de uma visão de mundo informada e para tomar decisões fundamentadas em evidências.

Além dos aspectos cognitivos, a leitura no Ensino Médio também contribui para o enriquecimento cultural dos estudantes. Através da literatura, eles têm a oportunidade de conhecer diferentes culturas, épocas históricas, realidades sociais e perspectivas de vida. A

leitura proporciona uma janela para o mundo, expandindo horizontes, promovendo a empatia e estimulando o respeito à diversidade.

Por fim, a leitura desempenha um papel fundamental na formação da identidade dos estudantes. Ao se identificarem com personagens, situações e temas presentes nas obras literárias, os jovens têm a oportunidade de refletir sobre si mesmos, suas experiências e valores. A leitura proporciona um espaço de autodescoberta e construção de identidade, permitindo que os estudantes se reconheçam e se conectem com o mundo ao seu redor.

Em resumo, a leitura no Ensino Médio é de extrema importância para o desenvolvimento global dos estudantes. Ela contribui para aprimorar a compreensão textual, expandir o vocabulário, desenvolver o pensamento crítico, enriquecer culturalmente e formar identidades. É essencial que as instituições de ensino valorizem a leitura como uma prática constante e promovam estratégias e atividades que estimulem o hábito de ler entre os estudantes.

A Sacola Literária é um projeto pedagógico que consiste na disponibilização de sacolas ou mochilas contendo uma seleção diversificada de livros, com o objetivo de promover a leitura individual e compartilhada. Essa abordagem busca oferecer aos estudantes acesso facilitado a diferentes gêneros literários, permitindo que explorem diversas temáticas, estilos e autores.

Um dos fundamentos teóricos que embasam a Sacola Literária é a teoria sociocultural de Lev Vygotsky, que destaca a importância da interação social no processo de aprendizagem. Através da leitura compartilhada, discussões em grupo e atividades de escrita, os estudantes têm a oportunidade de interagir com os textos, trocar ideias e aprofundar sua compreensão das obras literárias. Essa interação social fortalece o processo de construção do conhecimento, estimula o diálogo e desenvolve habilidades comunicativas.

É de suma importância mencionar que Lev Vygotsky e a Teoria Sociocultural foi um renomado psicólogo e teórico do desenvolvimento humano, cujas ideias fundamentaram a Teoria Sociocultural. Seu trabalho revolucionou a compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo, destacando a importância das interações sociais e do contexto cultural na formação do indivíduo.

De acordo com Vygotsky, o desenvolvimento humano não ocorre apenas a partir de processos internos, mas é profundamente influenciado pelas relações sociais e culturais. Ele propôs que a mente humana se forma e se desenvolve por meio das interações com outras pessoas e do compartilhamento de significados em um contexto cultural específico. Um dos conceitos centrais da teoria de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se refere à diferença entre o que um indivíduo é capaz de fazer independentemente e o que ele é capaz de fazer com a ajuda de um parceiro mais experiente. Vygotsky enfatizou a importância de fornecer suporte adequado e desafios apropriados para que os indivíduos possam avançar em seu desenvolvimento.

A interação social desempenha um papel crucial na teoria sociocultural de Vygotsky. Ele argumentou que a aprendizagem ocorre de forma colaborativa, por meio da participação em atividades compartilhadas com outras pessoas. Essas interações sociais promovem a internalização de conhecimentos e habilidades, permitindo que os indivíduos assumam um controle autônomo sobre suas próprias ações.

Além disso, Vygotsky destacou a importância das ferramentas mediacionais no processo de aprendizagem. Essas ferramentas incluem a linguagem, símbolos, artefatos culturais e outros recursos que auxiliam os indivíduos na compreensão e resolução de problemas. Através da mediação, os indivíduos são capazes de superar obstáculos e avançar em seu desenvolvimento cognitivo. A teoria sociocultural de Vygotsky tem implicações significativas para a educação. Ele defendia a importância de criar ambientes de aprendizagem que promovam interações sociais significativas, incentivo à colaboração entre os alunos e fornecimento de suporte adequado. Essa abordagem pedagógica visa não apenas transmitir conhecimentos, mas também desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais dos estudantes.

Em resumo, Lev Vygotsky e sua Teoria Sociocultural destacam a influência das interações sociais e do contexto cultural no desenvolvimento humano. Sua abordagem ressalta a importância da Zona de Desenvolvimento Proximal, da interação social e da mediação como elementos fundamentais na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo. A compreensão desses princípios pode fornecer insights valiosos para o planejamento e implementação de práticas educacionais eficazes.

Outro embasamento teórico relevante é a teoria da recepção literária, desenvolvida por Wolfgang Iser. Segundo essa teoria, o leitor desempenha um papel ativo na construção do sentido da obra literária. A Sacola Literária proporciona aos alunos a experiência de serem leitores ativos, ao permitir que façam suas escolhas de leitura, interpretem os textos e expressem suas opiniões sobre as obras. Essa participação ativa contribui para o engajamento dos estudantes, estimula a criatividade e a reflexão crítica.

Vale ressaltar que Wolfgang Iser foi um renomado teórico literário alemão que desenvolveu a teoria da recepção literária. Sua abordagem revolucionou a compreensão da leitura e do papel do leitor na construção de significados literários. A teoria da recepção proposta por Iser destaca a interação dinâmica entre o texto e o leitor, argumentando que o sentido de uma obra literária é construído no processo de leitura.

Para Iser, a leitura não é um ato passivo de decodificação de símbolos escritos, mas sim um processo ativo de participação do leitor na criação de significados. Ele propôs que o texto literário é um campo aberto de possibilidades, que precisa ser preenchido pelo leitor por meio de suas experiências, conhecimentos prévios e expectativas.

Um dos conceitos-chave na teoria da recepção é o "espaço em branco", que se refere às lacunas e ambiguidades presentes no texto. Iser argumenta que esses espaços em branco são essenciais para a participação ativa do leitor, pois permitem que ele preencha as lacunas com suas próprias interpretações e construa o sentido da obra.

Outro aspecto relevante da teoria de Iser é o conceito de "atos de leitura". Ele propôs que a leitura é composta por uma série de atos que envolvem a antecipação, a confirmação e a revisão das expectativas do leitor em relação ao texto. Esses atos de leitura são influenciados pelas experiências individuais, pelo contexto cultural e pela interação entre o leitor e a obra.

A teoria da recepção também enfatiza a importância do contexto na construção do sentido literário. Iser argumenta que o leitor traz consigo uma série de experiências, conhecimentos e valores que moldam sua compreensão do texto. Portanto, a leitura é um

processo subjetivo e pessoal, no qual o leitor interpreta a obra a partir de sua própria perspectiva.

Além disso, Iser destaca a importância do diálogo entre o texto e o leitor. Ele argumenta que o texto literário possui um "eu implícito", que dialoga com o "eu" do leitor. Esse diálogo entre o texto e o leitor permite a construção de significados múltiplos e a renovação contínua da experiência literária.

Em resumo, a teoria da recepção literária desenvolvida por Wolfgang Iser enfatiza a participação ativa do leitor na construção de significados literários. Ao destacar a importância dos espaços em branco, dos atos de leitura e do diálogo entre o texto e o leitor, a teoria de Iser proporciona uma compreensão mais ampla e dinâmica da experiência de leitura. Essa abordagem ressalta a subjetividade da interpretação literária e a importância das experiências individuais na construção do sentido das obras.

Portanto, o projeto da Sacola Literária está alinhado com as propostas do ensino literário contemporâneo, que valoriza a diversidade e a pluralidade de vozes na literatura. Através da seleção de livros de diferentes gêneros, autores e temáticas, o projeto amplia o repertório dos estudantes, permitindo que conheçam diferentes realidades e perspectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que a inclusão das crianças com TEA deve ir muito além da presença na sala de aula, precisa almejar, sobretudo a o desenvolvimento e aprendizagem das potencialidades e habilidades, superando as dificuldades.

A educação é uns dos maiores instrumentos para o desenvolvimento de uma criança autista. Por meio da educação, esse aluno pode aprender tanto em matérias quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem dos alunos autistas não é algo fácil, contudo, fica claro que, com amor e dedicação dos professores e gestores, estas crianças podem alcançar uma vida com qualidade e mais independente. Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessário desenvolver uma estrutura eficiente, com treinamento do professor e de todos os envolvidos no processo educativo.

Como o aluno autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, as escolas precisam pensar na adequação desse contexto. Não existem salas de aulas inclusivas, mas escolas inclusivas. Por isso, é importante que a escola crie rotinas no tempo e espaço como estratégias de desenvolvimento e adaptação desses alunos.

Deste modo, as escolas brasileiras necessitam de uma adequação mais eficiente nos objetivos expostos na lei, pois princípio básico da educação inclusiva se edifica diariamente através das relações e ações e pedagógicas, exigindo modificações substanciais na gestão e organização do trabalho didático.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A. de. Desafios da inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. **Revista Eletrônica do Psicologia**, v. 17, n. 4, 2017.
- ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV)**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
- BARBOSA, M. O. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 299-310, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de dezembro de 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei n. 10.471, de 1º de outubro de 2003.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, 2012.
- BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS/Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- CÁBRIO, R. C.; CARNEIRO, R. U. C. Inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino fundamental II. **Temas em Educação e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 260–270, 2017.
- CARDOSO, D. M. da S. A importância da psicomotricidade na inclusão do aluno autista. **Artigo de Pós-Graduação: Lato Sensu em Psicomotricidade**, Universidade Candido Mendes, 2013.
- CARVALHO, F. C. G. de. Autismo e Inclusão Escolar: Uma Proposta de Intervenção. **Revista Primus Vitam**, n. 9, v. 1, 2017.
- CARVALHO, F. C. G. de.; PRISZKULNIK, L. Autismo e Inclusão Escolar: Uma Proposta de Intervenção. **Revista Primus Vitam**, n. 9, v. 1, 2017.
- CID-10. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10; **Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014.
- DDE. Departamento de Educação Especial – DEE. **Transtornos globais do Desenvolvimento – TGD: Procedimentos e encaminhamentos**. Governador do Estado do Paraná, 2016.
- DEKKERS, L.; GROOT, N.; DÍAZ, E.; ANDRADE, I.; DELFOS, M. Prevalence of Autism Spectrum Disorders in Ecuador: A Pilot Study in Quito. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 45, n. 1, p. 4165-4173, 2015.
- DELPHIN, G. G. T. Autismo e a Aprendizagem Escolar. **Artigo de Pós-Graduação: Lato Sensu em Psicopedagogia Clínica e Institucional**, Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena, 2019.

FERNANDES, R. M. M. Narrativas docentes sobre o Método Teacch: O autismo na gestão do conhecimento. **Dissertação Mestrado:** Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, P. T. M.; LIMA, L. H. L.; BUENO, M. K. G.; ARAÚJO, L. A.; SOUZA, N. M.

Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação: revisão sistemática. **J. Pediatr.** v. 91, n. 2, Porto Alegre, 2015.

GOUVEIA, N. L.; CHAVES, N. de P. S. The teaching-learning of colors and shapes in early childhood education: an experience with students with Autistic Spectrum Disorder (ASD). **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020.

LAGE, A. M. V. **Autismo Infantil:** Revisão Bibliográfica. Fortaleza: 1984.

LÓPEZ, C.; LARREA, M. Autismo en Ecuador: un Grupo Social en Espera de Atención. **Revista Ecuatoriana de Neurología**, v. 26, n. 3, p.203-214, 2017.

LUZ, M. H. S. da.; GOMES, C. A.; LIRA, A. Narrativas de la inclusión de un niño autista: desafíos para la práctica docente. **Educación**, v. 26, n. 50, p. 123-142, 2017.

MAENNER, M.; SHAW, K.; BAIIO, J.; WASHINGTON, A.; PATRICK, M.; DIRIENZO, M.; DIETZ, P. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years - Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, **United States**, v. 69, n. 4, p. 112, 2016.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MONTEIRO, M. A.; SANTOS, A. A. A. dos.; GOMES, L. M. M.; RITO, R. V. V. F. Transtorno do Espectro Autista: Uma revisão sistemática sobre intervenções nutricionais. **Rev. Paul. Pediatr.**, v. 38, n. 1, São Paulo, 2020.

MONTEIRO, S. A. de S.; RIBEIRO, P. R. M. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula. **RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara**, v. 22, n. 2, p. 905-919, 2018.

MOREIRA, P. S. T. **Autismo:** a difícil arte de educar. Universidade Luterana do Brasil, Ulbra, Campus Guaíba, RS, 2005.

OLIVEIRA, C. Um retrato do Autismo no Brasil. **Revista Espaço Aberto**, v, 170, n. 1, USP, 2018.

OLIVEIRA, E. S. Autismo na Escola: pontos e contrapontos na escola inclusiva. **Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia):** Faculdade do Maranhão, 2015.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação:** Interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PAPIM, A. A. P.; SANCHES, K. G. Autismo e inclusão: Levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo. **Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia):** Centro Universitário Católico Salesiano, 2013.



REIS, S. M. C. Educação Inclusiva: Estratégias utilizadas pelos professores do ensino regular nas turmas de educação inclusiva. **Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)**: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012.

ROTTA, N. T. **Transtorno de aprendizagem**: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto alegre: Artmed, 2007.

SANTOS, M. A.; SANTOS, M. de F. de S. Representações sociais de professores sobre o autismo infantil. **Psicol. Soc**, v. 24, n. 2, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular**: Entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, T. P. da. Autismo: Inclusão e os seus desafios. **Artigo de Pós-Graduação**: Lato Senso em Educação Especial Inclusiva, Universidade Candido Mendes, 2017.

SOUZA, A. L. A. de.; ANACHE, A. A. A educação das pessoas com o transtorno do espectro autista: avanços e desafios. **Revista onLine de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 1035–1053, 2020.

VICARI, L. P. L.; RAHME, M. M. F. Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino. **Revista Educação Especial**, v. 33, n. 1, 2020.